

# O governo quer uma renegociação ampla da dívida? Ludwig acha que sim.

O governo federal está pensando numa renegociação ampla, de governo a governo, para a dívida externa? "Claro. Tudo é possível. Tudo evolui. Os fatos acontecem diariamente. O mundo se modifica a cada dia." Esta foi a resposta dada pelo chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Rubem Ludwig, ao desembarcar ontem em Porto Alegre.

O general frisou que já está havendo um "empenho enorme" nas negociações com os credores: "Você coloca um conceito de amplitude de negociação. Há quem critique o excesso de viagens de ministros e outros funcionários ao Exterior, quase que semanalmente. Dar maior amplitude me parece que seria transferi-los para lá; deixá-los trabalhando lá, em vez de irem e virem. Me parece que quanto a isso não há dúvida. Há um empenho enorme. Se há outros caminhos... Se você perguntar a dez pessoas, seguramente encontrará cinco respostas, no mínimo, diferentes".

Indagado se medidas de contenção nos reajustes salariais, como o Decreto-lei 2.045, são realmente indispensáveis para a concretização dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, o general comentou: "O acordo com o FMI já foi explicado e traduzido das mais diversas formas; o que o governo pretende é criar condições no campo econômico para que os compromissos que eventualmente venha a assumir com o FMI ou com quem quer que seja possam ser cumpridos. E isso implica uma redução da inflação, uma série de outras consequências, para que se chegue lá".

## A opinião de Beltrão

Ao se manifestar, ontem, sobre o desequilíbrio das contas externas, o ministro Hélio Beltrão, da Previdência Social e da Desburocratização, disse não conhecer credor que esteja interessado em inviabilizar ou debilitar o devedor. "É de seu interesse mantê-lo vivo e economicamente saudável porque esta é a melhor maneira de assegurar o recebimento de seus créditos e a continuidade de suas relações comerciais ou financeiras."

Ele acredita que "o estágio de desenvolvimento a que chegamos e a evidente viabilidade deste país nos permitirão voltar a crescer e a gerar empregos sem prejudicar o balanço de pagamentos nem o esforço de exportação".

Referindo-se diretamente aos efeitos causados pelo desemprego e pela recessão na arrecadação da previdência social, Beltrão entende que, com o retorno do crescimento, cessarão os efeitos negativos sobre o setor.

## "Terrorismo"

"Um país que não pode decretar a moratória não é um país soberano." A afirmação foi feita ontem,

em Belo Horizonte, pelo ex-ministro do Planejamento, Celso Furtado, para quem a tese de que o Brasil não poderia suportar as consequências de uma moratória é "terrorismo dos que hoje comandam a política econômica".

Segundo ele, o que seria preciso é conscientizar a população "de que ela terá de passar por um período de dificuldades que, no entanto, não será pior do que o que vivemos hoje. E estas dificuldades teriam uma compensação social, pois se retomaria de imediato uma política de empregos".

Para Celso Furtado, a nova Carta de Intenções firmada com o FMI fixa metas que, "se forem cumpridas, causarão um enorme dano à sociedade. O FMI considera que o Brasil deve, em primeiro lugar, reajustar sua economia de forma a produzir um excedente de dólares para pagamento de seus credores; o FMI diz que não é possível produzir dólares sem recessão e que não há recessão sem desemprego. É uma lógica implacável".

Para ele, a recusa do Decreto-Lei nº 2.024 pela Câmara dos Deputados "é uma manifestação clara contra a política econômica do governo e um indicador de que a sociedade brasileira já se está mobilizando contra a recessão".

## "Tratamento de choque"

Por sua vez, o governador Tancredo Neves, de Minas, voltou a defender posições contrárias à de seu partido, o PMDB, dizendo que a última Carta de Intenções "consagra metas que eu peço a Deus sejam atingidas. Por muito drásticas que elas sejam, não deixarão de representar uma contribuição importante ao saneamento financeiro do Brasil".

— É um equívoco dizer que o combate à inflação é ditado pelo FMI. Se nós não tivéssemos o FMI, estaríamos na obrigação de continuar combatendo a inflação e os métodos não seriam muito diferentes dos aconselhados pelo Fundo, de maneira que, o que há na Carta de Intenções, são realmente algumas metas de atendimento, quase, no meu entender, impossíveis de serem alcançadas. Mas que é preciso realmente um choque no processo inflacionário vigente no Brasil, é necessário.

Tancredo Neves disse que o País só romperá o atual processo inflacionário "com sacrifícios de todos os segmentos sociais. No momento só se está exigindo sacrifícios das classes trabalhadoras, mas não há a menor dúvida de que, com a inflação que vai chegar ao fim desse ano a 180% se as diversas classes sociais não derem cada uma per se a sua cota de sacrifícios, não romperemos jamais esse círculo vicioso: inflação, recessão, desemprego, alta do custo de vida".